

# A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli  
(Organizador)



**Luan Vinicius Bernardelli**

(Organizador)

# A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|---|---|
| E19   | A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] /<br>Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR:<br>Atena Editora, 2019.<br><br>Formato: PDF<br>Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader<br>Modo de acesso: World Wide Web<br>Inclui bibliografia<br>ISBN 978-85-7247-505-1<br>DOI 10.22533/at.ed.051193007<br><br>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia.<br>I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título.<br><br>CDD 330 |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |   |

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,  
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM



## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010        |           |
| Alyne Sehnem<br>Juliano Luis Fossá<br>Marcia Berti Fiorin   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930071</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>13</b> |
| A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  |           |
| Seonária Costa Santana<br>Alane Amorim Barbosa Dias<br>Cleudson Santos de Jesus   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930072</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>21</b> |
| O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS                                       |           |
| Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza<br>Auro Aparecido Mendes  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930073</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>33</b> |
| A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820) |           |
| Marco Volpini Micheli   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930074</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>60</b> |
| CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG                                  |           |
| Felipe Marinho Duarte   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930075</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>74</b> |
| MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO   |           |
| Ana Paula Nobile Toniol<br>Sara Albieri   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930076</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>87</b> |
| COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL                                |           |
| Lélis Maia de Brito<br>Lidiane Nunes da Silveira  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930077</b>  |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>99</b>  |
| COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE   |            |
| Juliana Abonizio<br>Eveline Teixeira Baptistella  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930078</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>112</b> |
| CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA   |            |
| Telmara O. Benevides Campos<br>Ricardo de Araújo Kalid<br>Milton Ferreira da Silva Junior<br>Maria Olímpia Batista de Moraes  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.0511930079</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>125</b> |
| OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE  |            |
| Marília do Nascimento Silva<br>Alcides Jairon Lacerda Cintra  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300710</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>137</b> |
| CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO   |            |
| Caroline Conteratto<br>Álvaro Sérgio Oliveira<br>Daiane Thaise Oliveira Faoro<br>Gabrielli do Carmo Martinelli  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300711</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>147</b> |
| ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA  |            |
| Yuri Rodrigues da Cunha   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300712</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>159</b> |
| DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA   |            |
| Gabriel Gualhanone Nemirovsky<br>Édi Augusto Benini<br>Elcio Gustavo Benini<br>Eziel Gualberto de Oliveira<br>Henrique Tahan Novaes<br>Martina Nogueira Lima<br>Raphael Camargo Penteadó<br>Gustavo Henrique Petean |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300713</b>   |            |



|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>173</b> |
| ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL  |            |
| Auro Aparecido Mendes<br>Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300714</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>182</b> |
| EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA  |            |
| Ana Elídia Torres   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300715</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....  | <b>191</b> |
| UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS   |            |
| Lourença Santiago Ribeiro<br>Diego Palma de Castro  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300716</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....  | <b>201</b> |
| GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II   |            |
| Gabriela Zanim<br>Patrícia Tosta Soares<br>Regina Célia Fiorati   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300717</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>213</b> |
| CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP  |            |
| Mariana Pantoni Santana<br>Regina Célia Fiorati<br>Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy<br>Regina Yoneko Dakuzaku Carretta<br>Daniel Yacoub Bellissimo<br>Julia Terra Ribeiro do Vale<br>Marta Cristiane Alves Pereira<br>Rogério Cerávolo Calia<br>José Luiz Bahia<br>Patrícia Soares |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300718</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....  | <b>222</b> |
| ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA   |            |
| Márcia Cristina Alves<br>Marcelo Capre Dias   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300719</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>234</b> |
| SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)          |            |
| Alessandra Oliveira Teles<br>Wesley Freire dos Santos  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300720</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>246</b> |
| O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS |            |
| Raoni Fernandes Azerêdo<br>Pedro Ivan Christoffoli<br>Anelize de Souza Muller Campos   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300721</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....   | <b>258</b> |
| ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA          |            |
| Lucas Almeida Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300722</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....   | <b>278</b> |
| FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL   |            |
| Matheus de Araújo Almeida  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300723</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 24</b> .....   | <b>291</b> |
| EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011        |            |
| Luciane Rosa de Oliveira<br>Bruna Márcia Machado Moraes<br>Angélica Pott de Medeiros<br>Reisoli Bender Filho                             |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300724</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 25</b> .....   | <b>311</b> |
| MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT   |            |
| Caroline Conteratto<br>Laura Possani<br>Gabrielli do Carmo Martinelli  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300725</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 26</b> .....   | <b>322</b> |
| MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA                   |            |
| José Maria Ferreira Costa Júnior   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300726</b>  |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 27</b> .....   | <b>335</b> |
| RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA   |            |
| Paulo Roberto da Costa Vieira  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300727</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 28</b> .....   | <b>347</b> |
| EBC: A CIDADANIA PERDIDA   |            |
| Valéria de Castro Fonseca  |            |
| Célia Maria Ladeira Mota   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300728</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 29</b> .....   | <b>358</b> |
| A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS   |            |
| Arlete Candido Monteiro Vieira   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300729</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 30</b> .....   | <b>372</b> |
| IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA  |            |
| Eduardo Netto Zanette  |            |
| Silvio Parodi Oliveira Camilo  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300730</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 31</b> .....   | <b>395</b> |
| VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII |            |
| Jéssika de Souza Cabral  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300731</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 32</b> .....   | <b>415</b> |
| OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO  |            |
| Edvaldo Carvalho Alves   |            |
| Fellipe Sá Brasileiro  |            |
| Edilson Targino de Melo Filho  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300732</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 33</b> .....   | <b>425</b> |
| RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA  |            |
| Ricardo Franco Llanos  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300733</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 34</b> .....   | <b>438</b> |
| GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI   |            |
| Tiago Santos Sampaio   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300734</b>  |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 35</b> .....                                | <b>449</b> |
| <i>SOFTWARE</i> LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL |            |
| Flávio Gomes da Silva Lisboa                            |            |
| Marilene Zazula Beatriz                                 |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.05119300735</b>                   |            |
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....                        | <b>460</b> |

## GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II

### **Gabriela Zanim**

Universidade de São Paulo, Escola de  
Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP)  
Ribeirão Preto - SP

### **Patrícia Tosta Soares**

Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras  
Drogas (CAPS AD II)  
Ribeirão Preto – SP

### **Regina Celia Fiorati**

Universidade de São Paulo - Faculdade de  
Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP)  
Ribeirão Preto – SP

**RESUMO:** trata-se de um relato de experiência sobre um grupo de geração de renda em Economia Solidária, com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial II Álcool e outras Drogas - CAPS-ad II da cidade de Ribeirão Preto – SP. Este grupo foi criado através do trabalho de incubação da CoLabora ITES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários que iniciou suas atividades no município em 2014. A CoLabora ITES é uma incubadora universitária da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto e que desde 2014 vem incubando empreendimentos de Economia Solidária na cidade. O grupo de geração de renda do CAPS-ad II é uma oficina de saporaria cuja marca denominada “Lotus” vem sendo comercializada em feiras de

Economia Solidária da cidade. Atualmente este grupo foi inserido na Associação Pólvora que reúne empreendimentos de Economia Solidária desenvolvidos no campo da Saúde Mental e assistência social do município. O objetivo deste trabalho é relatar o processo histórico de implementação e desenvolvimento deste grupo de geração de renda em Economia Solidária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária; reabilitação psicossocial; álcool e outras drogas

### GENERATION OF INCOME IN SOLIDARITY ECONOMY: EXPERIENCE REPORT OF AN OFFICE WITH CAPS-AD II USERS

**ABSTRACT:** this is an experience report about a group of income generation in Solidarity Economy, with users of a Psychosocial Care Center II Alcohol and other Drugs - CAPS-ad II of the city of Ribeirão Preto - SP. This group was created through the incubation work of CoLabora ITES - Technological Incubator of Solidarity Enterprises, which began its activities in the municipality in 2014. CoLabora ITES is a university incubator of the University of São Paulo, campus of Ribeirão Preto and since 2014 has been incubating enterprises of Solidarity Economy in the city. The income generation group of CAPS-ad II is a saporery workshop whose brand called “Lotus” has been marketed in Solidarity Economy fairs in the city. Currently

this group was inserted in the Association Pólvora that brings together enterprises of Solidary Economy developed in the field of Mental Health and social assistance of the municipality. The objective of this work is to report the historical process of implementation and development of this group of income generation in Solidary Economy.

**KEYWORDS:** Solidary Economy; psychosocial rehabilitation; alcohol and other drugs

## INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas, segundo a história registrada, perpassa toda a antiguidade e chega aos tempos modernos com forças e conotações distintas. Sabe-se que em relação ao álcool, por exemplo, houve uma transformação no conceito “alcoolismo”. Magnus Huss, em 1849, entendia o alcoolismo como um quadro de intoxicação crônica pelo álcool, descrição esta baseada exclusivamente nas consequências do uso do mesmo nos diferentes órgãos e sistemas do indivíduo. Em 1931, o Royal College of Physicians, de Londres, promoveu uma inovação ao enquadrar o alcoolismo no grupo das Doenças Mentais, classificação aceita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1950 (SOUZA; GARNELO, 2006).

Na segunda metade do século XX, Jellinek, com seu clássico trabalho “The Disease Concept of Alcoholism”, exerceu grande influência na evolução do conceito de alcoolismo, considerando-o doença apenas quando o usuário apresenta tolerância, abstinência e perda do controle. Em 1976, Griffith Edwards e Milton Gross propuseram uma nova classificação, a Síndrome de Dependência do Álcool (SDA), considerada um transtorno que se constitui ao longo da vida, sendo dependente da interação de fatores biológicos e culturais. Neste processo, um dos fenômenos mais significativos é o surgimento da abstinência, quando a pessoa passa a ingerir a bebida para aliviar seus sintomas. (GIGLIOTTI; BESSA, 2004).

Em relação ao uso de outras drogas, encontra-se um panorama similar. Assim, a CID (Classificação Internacional de Doenças) utiliza-se do termo “uso nocivo” como causador de danos físicos e mentais, como capacidade de julgamento comprometida, disfunção comportamental, e o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) engloba no termo “abuso” também danos sociais, como a dificuldade em cumprir obrigações importantes, problemas legais ligados ao consumo, problema nos relacionamentos interpessoais (SENAD, 2011).

De acordo com o último levantamento do CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), realizado em 2010, no VI Levantamento Nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras, com uma amostra populacional de 50.890 estudantes, sendo a maioria da rede pública de ensino, 25,5% dos estudantes relataram uso na vida de alguma droga (exceto álcool e tabaco), 10,6% relatou uso no último ano e 5,5% uso no mês. O levantamento aponta ainda que as drogas mais consumidas pelos estudantes foram



as bebidas alcoólicas, com 42,4% de consumo no ano e o tabaco, com 9,6% ao ano. (CEBRID, 2010). Assim, ainda que esses estudos mostrem apenas uma amostra da população, eles fornecem um panorama geral da situação. Dessa forma, se reconhece o uso de álcool e outras drogas como uma problemática atual. No entanto, é fundamental discutir, paralelamente, as situações favoráveis que corroboraram para esse cenário.

Pode-se perceber, com o início de criação de leis nessa temática, o caráter proibicionista ao qual se encarava tal problemática. No Brasil, em 1890, no Código Penal Republicano, houve o primeiro diploma penal brasileiro, proibindo algumas substâncias tidas como “venenosas”. Em 1924, foi incluído no Código Penal Brasileiro, o decreto 4.294, que propôs a pena de prisão para aqueles que vendessem ópio e seus derivados e cocaína. A partir de 1980, o Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN), foi o responsável pela formulação de políticas públicas para o enfrentamento das drogas. Em 1998, o COFEN foi substituído pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD – Órgão normativo e deliberativo da secretaria nacional antidrogas – SENAD). Em 2005, o CONAD aprovou a Política Nacional sobre Drogas, que incluía a questão do uso abusivo de drogas como um problema de saúde pública, e admitia a necessidade do tratamento, recuperação e reinserção social do usuário de álcool e outras drogas (SANTOS; OLIVEIRA, 2012). Em 2008, a Lei 11.754, alterou o nome do Conselho Nacional Antidrogas para Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), como também, alterou o nome da Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). O OBID (Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas), trouxe que em 2011, o Governo Federal transferiu a SENAD do Gabinete de Segurança institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, a fim de antepor o enfrentamento ao tráfico de drogas ilícitas. E, em 2018, o CONAD aprova a resolução que prevê a realização de estudos para realinhamento da Política Nacional sobre Drogas (OBID, 2018).

No entanto, um novo olhar à problemática é proposto, como a política da redução de danos, que promove um olhar singular ao sujeito e acolhimento ao mesmo, ao passo que traça com ele estratégias voltadas não para a abstinência, e sim para a “defesa” de sua vida. (BRASIL, 2003).

Assim, o trabalho é conceituado como importante alicerce da reabilitação da população usuária de álcool e outras drogas. Estudo realizado com esta população e pacientes da saúde mental nos mostra que ele é interpretado como um recurso importante de proteção às recaídas e às crises, possível através da ocupação significativa para a vida (RODRIGUES; MARINHO; AMORIM, 2010).

Diante de tais considerações, ações de economia solidária voltadas à inclusão social dessa população vêm ganhando destaque. O marco da Economia Solidária, como movimento de luta contra a exclusão social e econômica, surge como parceiro natural para a discussão da exclusão das pessoas com transtornos mentais do mercado de trabalho. Este início é marcado, no Brasil, no ano de 2004, tendo como

desafio a reinserção social de egressos de manicômios por meio da construção de empreendimentos solidários e auto gestionários (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

A economia solidária surge como modo de produção alternativo ao capitalismo. Sua unidade típica é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida e destinação do excedente anual entre os cooperados. A solidariedade na economia só pode se realizar se sua organização for igualitária. Assim, nas cooperativas de produção, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e os mesmos direitos de voto em todas as decisões. Os princípios básicos são: propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Outra forte característica é a autogestão, organizada pela participação democrática de todos os membros nas decisões e discussões acerca do empreendimento (SINGER, 2000, 2002).

No campo da saúde mental e de usuários de álcool e outras drogas, em 2005, foi instituído o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária, formado pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, e por duas representações (titular e suplente) dos gestores de saúde mental e de economia solidária, das experiências de geração de renda e trabalho em saúde mental, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e dos usuários de saúde mental inseridos em experiências de geração de renda e trabalho. Tais iniciativas compreendem as possibilidades de atividade e geração de rendas solidárias, que permitam o processo de emancipação dos usuários através de empreendimentos que promovam espaços reais de trabalho, nos quais estejam implicadas as atividades de cooperativismo, a participação democrática e a autogestão, o fortalecimento do coletivo, a validação dos saberes e dos recursos das pessoas e dos contextos locais, a inserção no mercado e a possibilidade de ganho econômico real (BRASÍLIA, 2006).

Concomitante ao movimento da economia solidária pode-se perceber alguns movimentos em reação à exclusão dos trabalhadores. Assim, se iniciou o programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003). As incubadoras tecnológicas passaram a ser incorporadas por diversas universidades e, em 1999, a Rede Universitária de ITCP foi criada, com objetivo de desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária (REDES DE ITCP, 2014).

O presente trabalho se desenvolveu a partir do relato de experiência da coordenadora de um grupo incubado pela Co-Labora - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, que foi criada a partir de um projeto interdisciplinar, reunindo docentes, graduandos e pós-graduados dos cursos de Terapia Ocupacional – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FMRP/USP), Faculdade de Economia e Administração (FEA-RP) e a Faculdade de Direito (USP-RP). O projeto aprovado em edital do CNPq (CHAMADA MCTI/SECIS/MTE/SENAES/

CNPq N° 89/2013), da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego em 2013, incuba, atualmente, três grupos de geração de renda e uma Associação, na filosofia da economia solidária. Dentre os empreendimentos acompanhados, está o grupo de usuários do Centro de Atenção Psicossocial II para pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas de Ribeirão Preto (CAPS-ad II), a partir do qual se desenvolveu, diretamente, este trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento do mesmo consistiu em analisar o relato de experiência sobre o processo de implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda incubado pela Co-Labora no CAPS-ad II.

Com esse estudo, o que se propõe é a compreensão dos processos de inclusão social pelo trabalho da população em uso problemático de álcool e outras drogas com base na experiência mencionada. Sabe-se que, atualmente, as políticas públicas que asseguram os direitos desses sujeitos têm objetivos claros de inclusão social. No entanto, o que se observa nos serviços de saúde é que ainda há grande dificuldade no que diz respeito a recuperação de direitos, em especial o direito ao trabalho. Ainda se tem grande ênfase no trabalho “terapêutico”, não resultando, efetivamente, em retorno às formas de trabalho “formais”. Assim, a importância deste estudo está em poder conhecer e registrar uma experiência inovadora no campo da atenção psicossocial com pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas, indicada pela Política Nacional de Álcool e Drogas assim como pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Portanto, este estudo justifica-se por permitir conhecer e registrar uma experiência inovadora no campo da atenção psicossocial com esta população.

## MARCO TEÓRICO

A reabilitação psicossocial é o marco teórico utilizado neste estudo, visto que um de seus principais pressupostos diz respeito à inclusão social pelo trabalho. A reabilitação psicossocial representa um conjunto de meios (programas e serviços) que se desenvolvem para facilitar a vida de pessoas com problemas severos e persistentes de saúde mental (PITTA, 1996).

Fiorati (2010) traz uma reflexão a respeito do conceito de reabilitação atrelado à ideias de habilitação de condutas que visam atender a padrões de comportamento e capacidades normativas que sugerem um ideal de independência produtiva. Quando pensa-se em re-capacitar um sujeito que, por algum motivo, perdeu a capacidade frente a requisitos sociais necessários à reprodução material da vida ou, simplesmente, frente a requisitos de sobrevivência, isso inclui, implícita ou explicitamente, uma intervenção que trace um caminho para que o sujeito reproduza o padrão das condutas socialmente dadas, sejam físicas ou mentais. Frente a indivíduos com problemas sociais, é comum que os profissionais sigam o caminho que inclui os sistemas de normas como referencial e alvo a serem alcançados,

baseando-se nas arcaicas noções de reabilitação.

Para que as primeiras práticas de reabilitação fossem criadas no Brasil, foi necessário que o Movimento Internacional de Reabilitação exercesse uma pressão política, a partir do final da primeira década do século XX, em uma sociedade marcada pelo advento dos movimentos sociais trabalhistas responsáveis por iniciar uma política governamental distributivista e pela ascensão de organizações de cunho assistencial, entidades beneficentes que se responsabilizaram pela reabilitação de sujeitos com deficiências físicas e mentais (SOARES, 2007).

Após a luta antimanicomial, torna-se necessário desconstruir o manicômio, de construir alternativas de serviços que se colocarão como substitutos do hospital psiquiátrico, com o propósito de oferecer tratamento ao portador de sofrimento mental. A reabilitação psicossocial é pensada como modo de solucionar, provisoriamente, a dicotomia entre sujeito e contexto e entre especialistas e tratamentos, com possibilidade de organizar os serviços de saúde mental, que elaborem estratégias de tratamento que considerem a complexidade do problema e que sejam efetivos na inclusão total do sujeito portador de transtornos mentais em suas dimensões social, política e civil (SARACENO, 1999).

Para o autor, a reabilitação deve ser entendida como um processo no qual haja abertura de espaços de negociação para o paciente, para sua família, para a comunidade circundante e para os serviços que se ocupam do paciente: a dinâmica de negociação é contínua e não pode ser codificada, já que os autores (e os poderes) em jogo são muitos e reciprocamente multiplicantes. Dentre os eixos que sustentam a ideia de aumento de capacidade contratual dos sujeitos, encontram-se: habitat, rede social e trabalho com valor social. O trabalho não deve ser entendido apenas como um simples desenvolver de determinadas tarefas, mas sim como “inserção laborativa”, promovendo um processo de articulação do campo dos interesses, necessidades e desejos. Deve-se ser cauteloso ao tratar do trabalho reabilitativo, para não confundi-lo com o trabalho terapêutico e alienado reproduzido durante tanto tempo pelas instituições. Neste sentido, a reabilitação psicossocial propõe o oposto, ou seja, que a desinstitucionalização dê possibilidade de restituição da subjetividade, do indivíduo na sua relação com a instituição, à recuperação da contratualidade e, por fim, da posse de recursos para trocas sociais e, por conseguinte, para a cidadania social. O desenvolvimento lógico do trabalho anti-institucional foi a criação de cooperativas, funcionando como espaços de serviço (tratamento) e lugares de produção (mercado) (SARACENO, 1999).

Para Bertolote (1996), o verdadeiro sujeito da reabilitação psicossocial é aquele em desvantagem social. O autor defende a ideia da reabilitação como um processo de “remoção de barreiras”, as quais impedem a integração social de um sujeito, em desvantagem social, à comunidade a qual pertence e concretize sua possibilidade ao exercício pleno de seus direitos e cidadania.

Já para Fiorati e Saeki (2011), a reabilitação psicossocial deixa de ser

compreendida como procedimento e passa a ser entendida como conceito, segundo o qual o ato de reabilitar e o ato de tratar são duas ações que não se desassociam, porém, o ato de tratar extrapola a dimensão da mera remissão dos sintomas para compreender o processo de saúde dos sujeitos como um percurso que abarca a reflexão e a construção de um projeto.

A Portaria do Ministério da Saúde Nº 3088 de 23 de dezembro de 2011, institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Vale ressaltar que a Economia Solidária, economia de estudo desta pesquisa, na política da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) está prevista dentro da reabilitação psicossocial.

## **OBJETIVO GERAL**

- Relatar o processo histórico de implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária, do CAPS-ad II de Ribeirão Preto.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar as dificuldades na implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária.

- Analisar as potencialidades na implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O cenário da pesquisa foi o grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária, do Centro de Atenção Psicossocial, CAPS-ad II, localizado no município de Ribeirão Preto. O CAPS-ad II, cumpre papel central da rede de atendimento aos usuários problemáticos de álcool e outras drogas no município e oferece atendimento integrado a uma rede de serviços em saúde mental (CAPS-AD II, 2015).

O objetivo do CAPS-ad II é oferecer atendimento, em regime ambulatorial ou de semi-internação, ao usuário problemático de álcool e outras drogas que tenha, por esse uso, comprometido sua saúde física e/ou mental, relações familiares, sociais e/ou profissionais, bem como aqueles que já tenham experimentado outras formas de tratamento, porém sem sucesso, ou que tenham apresentado recaídas (CAPS-AD II, 2015).

As oficinas de Economia Solidária do CAPS-ad II de Ribeirão Preto são oficinas de geração de renda que visam a inserção social pelo trabalho de seus usuários através de uma parceria com a Co-Labora - ITES que objetiva a incubação

de empreendimentos econômicos na perspectiva da Economia Solidária prevista na política pública de saúde mental, por promover condições humanas igualitárias e justas de trabalho respeitando-se as limitações de cada sujeito envolvido no projeto. O grupo visa não somente a produção de materiais para comercialização em seu processo de trabalho mas também, o desenvolvimento ou a requalificação de habilidades, relacionamento interpessoal, autogestão de grupo, manejo das diferenças e frustrações, desenvolvimento de criatividade, planejamento, pensamento estratégico e reflexivo, desenvolvimento de habilidades para comercialização de produtos e controle do dinheiro (CAPS-AD II, 2015). O foco desta pesquisa se deu com a oficina de saponaria, a qual é coordenada por uma profissional do serviço, terapeuta ocupacional, que aceitou participar de uma entrevista a fim de narrar todo o processo de implementação e desenvolvimento de tal oficina de geração de renda no Caps-ad II, uma vez que esta profissional participou de todo este processo histórico e mantém suas atividades no grupo atualmente.

Em dia e horário agendado pela coordenadora da oficina, foi utilizado gravador para o registro de sua narrativa sobre: o processo de implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária, do CAPS-ad II. Após a narrativa, a entrevista foi transcrita e analisada pela pesquisadora.

## **A OFICINA DE GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADES**

O projeto da oficina de geração de renda em Economia Solidária do CAPS-ad II teve seu início no ano de 2014, através das atividades de incubação da Co-Labora - ITES. A incubadora é formada por membros ligados à Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto, que iniciaram suas atividades de incubação através de reuniões com os usuários e alguns profissionais do serviço. Esses encontros, que tinham por objetivo iniciar o processo de implementação da oficina de geração de renda em Economia Solidária no CAPS-ad II, permitia exposição dos princípios teóricos da Economia Solidária pelos membros da Co-Labora - ITES, além de realizar a primeira sensibilização sobre a temática.

Com o passar do tempo, os membros da incubadora avaliaram a importância em se manter um profissional específico do serviço, ligado à oficina, para que a implementação tivesse seguimento, uma vez que confiar essas atividades à estagiários universitários poderia ser frustrante, já que os mesmos possuem uma característica desfavorável à estes grupos, que é a rotatividade por conta de suas reduzidas cargas horárias de trabalho.

Assim, uma profissional com proximidade com a temática, que já apoiava a inserção de populações vulneráveis ao mercado de trabalho, foi selecionada para dar continuidade à implementação desta inovadora atividade no CAPS-ad II,



conjuntamente com os próprios usuários da oficina. As vivências e as práticas do grupo foram valorizadas e assim, em conjunto, o grupo foi constituído e elaborado o regulamento interno.

A elaboração do regulamento interno teve sua importância para a organização do grupo de trabalho e conferir a ele uma característica mais profissional. Foi constituído através das práticas dos usuários no seu dia a dia e através das necessidades que o próprio grupo apresentava: a necessidade em se limitar o número de usuários, evitar a rotatividade, estabelecimento de horários de entrada, saída e intervalos, a criação das comissões de organização inicial, organização final de sala, criaram-se regras para o controle do número de faltas a fim de constituir o comprometimento do grupo.

Quando há vaga em aberto para novos cooperados na oficina em Economia Solidária, o grupo realiza uma seleção dos novos candidatos interessados do CAPS-ad II. O perfil do candidato é definido e as perguntas das entrevistas são contruídas coletivamente. Juntos, o grupo analisa e seleciona os novos cooperados.

Para que os princípios da Economia Solidária e regulamento interno fossem frizados frequentemente, o grupo decidiu realizar um revezamento entre seus próprios membros para que isto fosse exposto a cada novo cooperado que, por ventura, iniciasse sua participação na oficina.

Com o intuito de incentivar a iniciação da produção, autonomia e autogestão, o Ministério da Saúde disponibilizou uma verba destinada às atividades de Economia Solidária. Então, o grupo teve a possibilidade de adquirir os primeiros materiais e insumos e dar seus primeiros passos como grupo independente de recursos do CAPS-ad II, uma vez que nenhum recurso do serviço foi utilizado para esta oficina.

## **O PRODUTO DE COMERCIALIZAÇÃO**

Construído os princípios teóricos, o grupo iniciou suas primeiras discussões a respeito de qual produto seria elaborado para geração de renda. Depois de uma chuva de ideias sobre qual produto o grupo teriam interesse em produzir, os mesmos decidiram pela produção de um jornal. Muitos usuários tinham experiências pessoais com panfletagem, vendas nas ruas, então, o jornal foi uma opção encontrada por este grupo. Esta primeira produção levou quatro meses para se concretizar. Uma vez produzidos estes jornais, o grupo iniciou suas discussões sobre a precificação. Porém, o produto não teve aceitação no mercado e o grupo de geração de renda do CAPS-ad II necessitou realizar uma distribuição desses jornais.

Diante do insucesso com a produção de jornais, o grupo realizou novo levantamento sobre qual produto tinha interesse em produzir. Concomitante a este momento, alguns usuários tiveram uma experiência de produção de sabonetes artesanais em uma outra oficina do CAPS-ad II. Então, a ideia foi lançada e iniciaram-se as primeiras produções de sabonetes artesanais como geração de renda em Economia Solidária.

Para a comercialização de seus produtos, o grupo participa de bazares semanais no próprio serviço e, há seis meses, o grupo tem participado efetivamente das feiras de Economia Solidária em praças públicas do município, levando seus produtos para fora do CAPS ad-II e se inserindo na sociedade como cidadãos dotados de direitos e deveres.

## **AS DIFICULDADES DO EMPREENDIMENTO**

A princípio, o grupo de geração de renda era aberto, ou seja, existia certa rotatividade de usuários, o que dificultava a constituição e fortalecimento do mesmo. Para tal, o grupo criou o regulamento interno que o limitou em 12 usuários. Tempos mais tarde, o grupo verificou que 12 ainda era um número considerado alto de usuários, levando-se em consideração a escassez de materiais para a produção, a pequena infraestrutura do local e a rotatividade que ainda permanecia. Diante disso, o grupo decidiu em reduzir o número de usuários para, no máximo, 8 participantes.

A forma de dividir o rateio das sobras trouxe algumas dificuldades no início da consolidação do grupo. Primeiramente, o grupo havia decidido pela divisão igualitária entre os cooperados, porém, foi levantada a necessidade de realizar a divisão levando-se em consideração as suas relações com o trabalho, por exemplo, a participação de cada um. Sendo assim, a divisão das sobras atualmente se dá em relação com a participação e número de faltas de cada cooperado.

As feiras de Economia Solidária foi uma conquista ímpar para o município e uma forma extraordinária de levar estes usuários a além CAPS. No entanto, tratando-se deste grupo em questão, há ainda uma dificuldade na disponibilidade de alguns membros em estarem ativos nestes eventos. Fazendo com que a presença nestas feiras esteja garantida sempre pelos mesmos cooperados em específico e não pelo grupo, dificultando-se assim, a construção da autonomia coletiva.

Através das vivências da coordenadora, é possível notar a contaminação das formas de trabalho capitalistas. Formas de enxergar o trabalho de maneira limitada, não acolhedora e competitiva ainda pode ser notado no comportamento de muito cooperados.

## **CONCLUSÕES**

O modelo de economia solidária, voltado para populações vulneráveis, como a população em uso problemático de álcool e outras drogas é uma forma inovadora de promover a autonomia, autogestão e inserção social pelo trabalho destes sujeitos. É um novo modo de (re) significação da vida, um novo olhar para esta parcela da sociedade tantas vezes marginalizada por conceitos pré-conceituosos, engessados pelos modelos capitalistas de trabalhos, que valorizam a competitividade e lucratividade a todo custo.

Tratando-se do grupo em questão neste trabalho, observa-se que a maioria das dificuldades encontradas foram incentivadas a serem solucionadas pelo coletivo. Sendo que as demais, buscam a mesma forma de resolubilidade.

Torna-se necessário um olhar mais atento das esferas políticas, nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, a fim de valorizar e apoiar os projetos de Economia Solidária já existentes e expandir novos modelos. Bem como, um olhar mais atento dos profissionais da saúde, assistência social, administração e economia para que, projetos fundamentados na perspectiva da Economia Solidária, possa fazer parte do seu dia a dia de trabalho.

Assim, a formação de multiplicadores na temática, que lidam diretamente com os atores sociais envolvidos neste processo, possam difundir esta temática autogestionária, empreendedora, inovadora e que valoriza o sujeito em sua totalidade como cidadão capaz de produzir, criar e gerar renda.

## CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Em obediência aos procedimentos éticos e legais da pesquisa envolvendo seres humanos, preconizados pela resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, o qual foi aprovado e, cuja aprovação, tem o número de parecer: 2.696.715, CAAE: 70007617.7.0000.5393, de 06/06/2018 (ANEXO 3).

## REFERÊNCIAS

BERTOLETE, J. M. Em busca de uma identidade para a Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, A. (Org) **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap. IV. p. 155-158.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, 2003.

BRASÍLIA. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. Ministério do trabalho e emprego. Secretaria nacional de Economia Solidária. **Saúde mental e economia solidária**, 2006.

CAPS-AD II (Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas II). **Plano de Ação**. Ribeirão Preto/SP, 2015.

CEBRID. Secretaria Nacional Antidrogas. **VI Levantamento Nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras**. Estudo envolvendo 50.890 estudantes, 2010.

FIORATI, R. C. **A organização dos serviços extra-hospitalares de saúde mental, o projeto terapêutico e a inserção da reabilitação psicossocial**. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, 2010, 242 p.

FIORATI, R. C.; SAEKI, T. A inserção da reabilitação psicossocial nos serviços extra-hospitalares de

saúde mental: o conflito entre racionalidade instrumental e racionalidade prática. **Revista de Terapia Ocupacional**. Universidade de São Paulo, v. 22, n. 1, p. 76-84, jan/abr. 2011.

GIGLIOTTI, A.; BESSA, M. A. Síndrome de Dependência do Álcool: critérios diagnósticos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, 26 (Supl. I): 11-13, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede de Atenção Psicossocial – RAPS**. Brasília, 2011.

OBID. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Pessoas/sujeitos, drogas e sociedade**. Histórico da Política Nacional sobre Drogas, 2018.

PITTA, A. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, A. (Org) **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 19-26.

REDES DE ITPC. Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, 2014. Disponível em: < [http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede\\_itcp.php](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php) >. Acesso em: 16 Ago. 2016.

RODRIGUES, R. C.; MARINHO, T. P. C.; AMORIM, P. Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 15 (Supl. 1): 1615-1625, 2010.

SARACENO, B. **Libertando entidades**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Tè Corá? Instituto Franco Baságlia, 1999. 176 p.

SANTOS, J. A.; OLIVEIRA, M. L. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Jornal of Nursing Health**. Pelotas – RS, 1 (2): 82-93, Jan/Jun. 2012.

SENAD. *In: Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias*. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 4.ed. Brasília, 2011.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In: Singer; Souza. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, Coleção economia, 2000. p. 11.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 7 – 23.

SOARES, L. B. T. **Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?** São Paulo: Hucitec, 2007. 217p.

SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. **Uma outra economia é possível**. SP: Contexto, 2003.

SOUZA, M. L.; GARNELO, L. Desconstruindo o alcoolismo: notas a partir da construção do objeto de pesquisa no contexto indígena. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, Ano IX, n. 2, Jun., 2006.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Luan Vinicius Bernardelli:** Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Foi *Visiting Scholar* na Southern Cross University (Austrália) (2019). Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Suas principais publicações apareceram em revistas como Estudos Econômicos (USP), *Journal of Religion and Health*, *Local Government Studies*, *Review of Social Economics* e Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

### C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

### D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

### E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

### G

Globalização 31

### I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

### P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

### R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454



## S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

## T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-505-1



9 788572 475051